

## Mulher e antropóloga: gênero e trajetórias acadêmicas em debate

### Entrevista com Heloísa Buarque de Almeida

Por Barbara Soares, Felipe Eduardo Lázaro Braga e Felipe Nery Alves Pinto

A universidade não está blindada das assimetrias de gênero que caracterizam a sociedade de modo geral. Também aqui encontramos “espaços femininos” e “espaços masculinos”, “curso de homem” e “curso de mulher”, “faculdade de moças” e “faculdade de rapazes”. Entender a lógica binária de estruturação do campo universitário é compreender os mecanismos socioculturais que distribuem os indivíduos em espaços assimétricos de reconhecimento, isso a partir de fatores discricionários como cor da pele, gênero, orientação sexual, classe social etc.

Na entrevista concedida à revista *Primeiros Estudos*, Heloísa Buarque de Almeida fala sobre o predomínio de autores brancos homens na grade curricular do curso de ciências sociais, discute as políticas de inclusão adotadas pela USP nos últimos anos, fala um pouco sobre os programas estatais que têm privilegiado a figura feminina enquanto gestora do consumo nas residências e narra sua experiência à frente do USP Diversidade.

Heloísa Buarque de Almeida é antropóloga e professora doutora da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP). Fez graduação em ciências sociais e mestrado em antropologia social, ambos na USP, e o doutorado também em antropologia social na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Entre 2014 e 2015, coordenou o programa USP Diversidade, iniciativa que visa combater casos de discriminação racial, homofóbica e de gênero no ambiente universitário. Estuda temas como gênero, mídia, consumo, corpo e família.

**Primeiros Estudos:** *Por que a senhora optou pelo curso de ciências sociais?*

**Heloísa Buarque de Almeida:** Não havia muito a opção na minha escola. Pensar em fazer ciências sociais não aparecia no universo, no repertório. Eu entrei no curso de administração da FEA [Faculdade de Economia e Administração], e aí no primeiro semestre eu tive uma disciplina de sociologia com a professora Elizabeth Lobo, que inclusive era professora daqui [FFLCH]. No meu primeiro ano, houve duas disciplinas de que eu gostei: a de sociologia e a de psicologia. Levei mais um tempo para ter coragem de largar aquela faculdade, mas depois eu vim fazer ciências sociais. E vim fazer ciências sociais num espírito “eu não sei o que eu quero fazer de trabalho, mas gosto de estudar”. Então, o que eu gosto de estudar? Não tinha muita ideia do que

significava profissionalmente fazer ciências sociais. E aí, logo no primeiro semestre, já fui me apaixonando mais pela antropologia, sempre antropologia e sociologia.

**Primeiros Estudos:** *A senhora fez a graduação em ciências sociais entre 1985 e 1988. Nesse período, nós tivemos uma série de fatos históricos marcantes, a morte do Tancredo, a posse do Sarney, a Constituinte, a lembrança viva das Diretas Já. Como foi ser uma estudante de graduação durante todo esse contexto?*

**Heloísa Buarque de Almeida:** Na verdade, eu entrei na USP em 1982, na FEA. A partir daí passei a viver muitas coisas, eu fui às manifestações das “Diretas Já em 1982, e com o governo Montoro no estado de São Paulo começaram a ocorrer várias mudanças. Era um momento que eu estava sentindo, desde o meu colegial, desde 1979, estava percebendo um efervescer do movimento sindical, de que havia uma reação à ditadura, o movimento da anistia. Era um contexto em que parecia que muitas coisas politicamente importantes estavam acontecendo desde antes de eu entrar nas ciências sociais, e eu entrei já me sentindo uma pessoa de esquerda.

Até o meu colegial, eu estudei numa escola católica que era simpática à teologia da libertação. Então, tinha esse tom meio de esquerda e, para mim, isso já me fez ser uma pessoa bastante questionadora. O que eu me lembro desse período da graduação foi de alguns professores nossos realmente estarem envolvidos nos movimentos políticos e sociais em ebulição. Vínhamos para aula e eles estavam participando da política, tínhamos aula com o Weffort, por exemplo, que estava envolvido com a formação do PT [Partido dos Trabalhadores]. Quem me impressionou muito no meu primeiro ano foram duas professoras na época da Ciência Política, a Maria Lucia Montes, que depois foi para a antropologia, e a Maria Teresa Sadek, a Teca, muito envolvidas com a discussão sobre o fim da ditadura, a abertura, etc. Depois, a morte do Tancredo Neves tornou-se um certo fenômeno social, e virou tema de pesquisa dos nossos professores. Eu me lembro de que estar aqui na Faculdade era estar muito próximo do que estava acontecendo politicamente no país e no estado, porque o estado de São Paulo também teve mudanças específicas, que marcaram. Com o governo Montoro, havia toda uma coisa de formação de Comissão dos Direitos da Mulher e de se incluir propostas que pareciam mais democráticas.

Eu participei um pouco da política estudantil, mas depois me irritei um pouco, por vários motivos. Ao mesmo tempo eu era uma estudante que estava curtindo a minha liberdade de estar descobrindo o mundo, a vida, muitas coisas além das ciências sociais. A sensação que eu tive quando eu entrei aqui, primeiro, é que se vivia uma liberdade sexual muito maior do que na escola. Eu tinha um monte de amigos que eram assumidamente gays na Faculdade, e na minha escola isso não cabia, aqui,

era possível ter uma vida sexual mais ativa e variada e tudo bem, podia falar disso, não tinha problema. Mas teve também a AIDS, anos 1980, e logo tivemos que aprender também a lidar com isso de modo mais responsável. Perdi alguns amigos gays que morreram de AIDS depois. Eu sinto que teve um aspecto de liberdade pessoal, de descoberta do mundo, das drogas, enfim, que na escola não tinha. Era um momento não só de efervescência política do país, mas um momento de curtição da vida, de ser jovem, de estar ampliando o seu repertório, de estar lendo um monte de coisas. Eu era cinéfila, ia muito ao cinema, tinha uma vida cultural muito intensa na cidade. São Paulo tinha os cineclubes, tinha muitos shows, e a gente organizou shows aqui dentro na USP.

Nos anos 1980, antes de eu estar nas ciências sociais, quando eu estava na FEA ainda, se não me engano em 1983, o Centro Acadêmico da FEA e o DCE [Diretório Central dos Estudantes] fizemos um show na Praça do Relógio com o pessoal do Lira Paulistana. O Lira Paulistana era uma casa de shows em Pinheiros, um porão na verdade, que tocava música alternativa, Arrigo Barnabé, Itamar Assumpção... Eu era do centro acadêmico da FEA e organizamos, conseguimos um patrocínio da USTOP, e fizemos um show aqui, foi super legal. Então tinha isso, da vida cultural que era uma vida permeada com a vida universitária.

**Primeiros Estudos:** *E desse período, quais são as suas maiores influências intelectuais? O que a senhora trouxe da graduação pra vida acadêmica posterior?*

**Heloísa Buarque de Almeida:** Bom, tive alguns professores que foram muito marcantes. Primeiro, obviamente, a Beth Lobo, quando eu estava na FEA, que me fez vir estudar ciências sociais. Na graduação, teve a Maria Lucia Montes, inclusive quando eu defendi meu doutorado na Unicamp, eu a chamei para banca. E eu fui me encantando com a antropologia, a primeira professora da antropologia que me encantou muito foi a Araci Lopes da Silva, que faleceu muito jovem, e que era mais etnóloga mesmo. Foi minha descoberta da antropologia, assim, quando os olhinhos vão brilhando.

Tive cursos muito legais desde o começo. Eu sinto que isso acontece até hoje com grande parte dos nossos alunos: havia uma diferença muito grande entre o que líamos no colégio, ou mesmo o que eu fazia na FEA, e o que era estudar nas ciências sociais, que era ter que enfrentar os textos, a teoria, ler. Eu não tinha o hábito de ler teoria no colegial e nem na FEA, que era um curso técnico. Então, no meu primeiro semestre, me lembro de achar muito difícil, logo de cara lia Durkheim, mas foi esse difícil e o desafio de não ser algo fácil que me encantava também. Me pareciam textos tão difíceis, e eu sempre tinha sido boa aluna, leitora, gostava muito de literatura, mas ler teoria é diferente de ler literatura. E eu sinto isso com nossos alunos até hoje.

No primeiro ou segundo semestre às vezes é, pra alguns alunos, muito difícil ler teoria. Tanto que quando eu leciono Antropologia I ou II, que faço com frequência, eu sempre me preocupo em ensinar os alunos a ler teoria. Então, há essa dificuldade inicial, e ao longo da graduação, você vai conseguindo entender. Vários professores vão te encantando. Eu lembro quando a Maria Celia Paoli deu curso de Marx para mim, foi superinteressante; com o Brasília [Sallum] eu fiz o curso de Weber e fiquei encantada, adorei ler *A ética protestante [e o espírito do capitalismo]*; depois com o [José Guilherme] Magnani, quando eu fui fazer antropologia urbana, fui encontrando os temas que mais me interessavam. Coisas que foram me despertando. Mas a sensação que eu tive na graduação foi a de que era muito difícil e de que, portanto, eu não conseguiria fazer carreira acadêmica. Na minha época, muito pouca gente fazia iniciação científica e fazia a graduação pensando em fazer mestrado, em fazer carreira acadêmica. O curso de ciências sociais era muitas vezes o segundo, terceiro curso de pessoas que estavam fazendo outros cursos, muita gente fazia ciências sociais por interesse, mas não pretendia trabalhar na área, tinha uma outra faculdade que era mais “profissional”. Durante a graduação eu fiz uns estágios, e eu trabalhava dando aulas de inglês. Quando me formei e fui trabalhar em pesquisa de mercado, depois de uns meses pensei “não, que horror, não é isso que eu quero”, aí que eu voltei para a academia. Então, houve alguns professores que me marcaram e alguns deles são professores até hoje. Mas eu não via ainda na graduação que a minha vida seria aqui na Universidade, eu não estava ainda mergulhada na pesquisa.

**Primeiros Estudos:** *A senhora teve experiência com pesquisa empírica durante a graduação?*

**Heloísa Buarque de Almeida:** Durante a graduação sim, pouco, porque as disciplinas provocavam um pouco a gente. Numa disciplina de Métodos [de Pesquisa], que o Reginaldo Prandi dava, ele cobrava da gente ir a campo, fazer pesquisa de campo. Foi super legal para mim, mas muito difícil, eu era muito tímida, e, ao mesmo tempo, foi um desafio. Também teve o Magnani quando eu fiz a disciplina de antropologia urbana, tanto que eu fui fazer depois o meu mestrado com ele.

**Primeiros Estudos:** *Em cinema, não é?*

**Heloísa Buarque de Almeida:** Sobre cinema, exatamente. Eu terminei [a graduação], fui trabalhar com pesquisa de mercado por um tempo, comecei a trabalhar numa empresa de pesquisa qualitativa, e entrei em pânico: “Gente, eu não acredito nisso, é muito superficial”. Tinha que chegar às 9h no trabalho, e às 11h da noite ainda estava naquele escritório. Aquilo foi me angustiando.

Eu tenho um grande amigo, que hoje é professor da Unicamp, o Omar Ribeiro Tomaz. O Omar era meu amigo de colegial e ele voltou de uma experiência de graduação na Espanha. Quando voltou para o Brasil, falou: “Helô, vamos prestar o mestrado juntos”. A gente começou a estudar juntos para o mestrado e foi assim que ele me animou, me deu um rumo pra vida, me deu uma direção. Aí eu falei: “Ah, vou continuar naquele mesmo espírito, né, eu gosto de estudar, vou continuar estudando”. E me provocava muito pensar o que era a experiência urbana por um lado, mas também a experiência do cinema, como um lugar social da fantasia. Eu fui estudar o cinema comercial, o grande cinema de Hollywood: eu queria pensar o que era para as pessoas comuns, os espectadores, a experiência do cinema. Então, era uma pergunta bem antropológica mesmo, não era uma pergunta de quem estudava cinema, era uma pergunta das ciências sociais. Eu pensei o que o cinema significava nessa época áurea, das grandes salas de cinema do centro da cidade, nos anos 1940-1950. Tentei entender a experiência dos espectadores de cinema desse período, em São Paulo.

**Primeiros Estudos:** *É um olhar retrospectivo, a senhora conversou com os espectadores?*

**Heloísa Buarque de Almeida:** Eu fazia entrevista, no estilo de história de vida com pessoas que tinham sido jovens nos anos 1940-1950, que tiveram essa experiência de viver em São Paulo nessa época, e de gostar muito de ir ao cinema. Eu fui fazendo entrevistas, umas pessoas foram me indicando outras. Mas o Magnani, que era o meu orientador, falava: “Não, mas você tem que pensar uma coisa mais contemporânea”. Então, eu pensei um pouco comparativamente o que era a experiência dos anos 1940 e 1950 com o que era a experiência dos anos 1990, e achei que, nos anos 1990, o cinema só mantinha essa mesma magia que tinha nos anos 1940-1950 para os cinéfilos, não era mais para “todo mundo”, quando o cinema era uma diversão muito popular na cidade. Esse era um período em que as salas de cinema de rua estavam fechando, no começo dos anos 1990, estava diminuindo a quantidade de salas de cinema na cidade. Depois, com os shoppings, voltou a aumentar de novo, mas a sensação que algumas pessoas tinham era que o cinema ia virar só videocassete, as pessoas só iam assistir em casa, acabaria a experiência da sala de cinema. Eu fiz essa comparação e, quando eu comecei a estudar o lugar do cinema na experiência da cidade, o que apareceu como problema pra mim foi o que eu comecei a pesquisar depois, que era uma diferença de gênero e de classe social muito grande entre as pessoas. Eu fui entrevistando pessoas que eram de classe média, de classe popular, de classe alta, homens e mulheres. O recorte inicial era faixa etária e ter morado em São Paulo naquele período dos anos 1940, 1950, tendo sido uma pessoa que gostasse de ir ao cinema. O que eu fui vendo com as entrevistas é que eu tinha narrativas de

mulheres e narrativas de homens, narrativas de gente de classe média e narrativas de gente de classe popular muito diferentes. Então, tinha dois cortes, gênero e classe.

**Primeiros Estudos:** *Essa clivagem de gênero já entrou no texto do mestrado?*

**Heloísa Buarque de Almeida:** Não. Ficou como um problema não resolvido no mestrado, mas ficou ali como uma questão. E, naquela época, os mestrados eram meio longos, e a minha bolsa já tinha acabado. A gente tinha dois anos e meio de bolsa, mas demorei cinco anos fazendo mestrado, o que era de praxe. E eu já não morava com meus pais, morava sozinha, então eu trabalhei em um monte de outras coisas, eu fazia tradução, dava aula de inglês, era professora, tinha que me virar, e eu me perdi um pouco do mestrado. Essa questão de gênero e classe ficou mal resolvida no mestrado.

**Primeiros Estudos:** *A senhora retoma essa questão da clivagem de gênero mais forte na tese de doutorado feita na Unicamp. Na Unicamp, existiam condições mais favoráveis para o estudo de gênero?*

**Heloísa Buarque de Almeida:** Sim. O que aconteceu foi exatamente isso. Eu estava terminando o mestrado e o Omar Ribeiro Thomaz, meu amigo, falou assim: “Escuta, estão fazendo um projeto lá no Cebrap [Centro Brasileiro de Análise e Planejamento] sobre telenovela, sobre recepção de telenovela e estão precisando de antropólogo, vou te indicar”. Assim, antes de entrar no doutorado, eu fui então trabalhar com a Esther Hamburger num projeto que já tinha questões de gênero, família e reprodução, tudo com o que eu estava querendo mexer, e que continuava discutindo o lugar da indústria cultural, mas agora era televisão. Novela não era exatamente o que eu queria mexer, mas ao mesmo tempo eu reconhecia que, para entender o Brasil, novela era um bom caminho. E foi aí que comecei mesmo a estudar gênero.

Era um projeto grande, tinha gente do Cebrap, USP, Unicamp, UFMG e Universidade do Texas, com financiamento internacional. Havia uma proposta no projeto de que eu faria uma etnografia fora de São Paulo, era parte do projeto do Cebrap que eu usei para o meu doutorado. Eu comecei a estudar mais e notei que na Unicamp tinha um monte de gente estudando gênero, tinha uma área de gênero no doutorado em Ciências Sociais, tinha o Pagu – Núcleo de Estudos de Gênero, com uma publicação importante, *Cadernos Pagu*. Esse projeto do Cebrap começou com a pergunta de um demógrafo, o professor Vilmar Faria, da Unicamp, tentando pensar o que tinha acontecido com o Brasil na década de 1970, quando o país vivia o período da chamada transição demográfica. Essa terminologia dizia que o Brasil passou de um país em que se tinha mais de 4 filhos por mulher para 2,8 filhos por mulher em 1980. Quer

dizer, em uma década você tem uma mudança muito grande na taxa de natalidade. O ponto dele, do Vilmar Faria, era que tinha se estudado muito as variáveis mais diretamente relacionadas a essa transição, por exemplo, o acesso a pílulas anticoncepcionais, o aumento da escolaridade e o fato de o Brasil ter passado na mesma década de um país majoritariamente rural para um país majoritariamente urbano. Estudamos pouco os fatores mais indiretamente relacionados, como uma mudança de mentalidade, que poderia ser estudada se a gente pensasse o espalhamento da televisão no país naquela mesma década.

No começo da década de 1970 não havia sinal de televisão no país inteiro. Eu mesma fui ter televisão em casa, morando em São Paulo, em 1972 ou 1973, quando eu tinha 7, 8 anos e meu pai comprou um televisor. Se você andasse para o interior do Brasil, as redes de transmissão não eram totalmente via satélite. Havia torres de transmissão que não cobriam o país inteiro. Cobriam o Sudeste, o litoral do Nordeste, cobriam Minas Gerais e um pouco do interior de São Paulo. No final de 1980, já temos o sinal de TV via satélite. Muda completamente o panorama de acesso à televisão. Então a hipótese dele era: será que a televisão também tem algo a ver com isso? – não na brincadeira de que as pessoas vão deixar de transar para ver televisão, mas na ideia de que a televisão mostra um estilo de vida urbano em que as famílias têm menos filhos, e é mais consumista. A publicidade chega com a ideia de que você tem que comprar coisas para o seu filho... Então, essa era a pergunta dele, mas obviamente não dava para voltar na década de 1970 e fazer uma etnografia do que tinha acontecido lá. A ideia era que uma equipe de antropólogos faria três etnografias de recepção de novela. Escolheríamos o programa mais popular – novela das oito – e qualquer novela que começasse naquele ano. Faríamos um estudo de recepção tentando ver como era a relação das pessoas com a novela e se era a televisão uma fonte de pensar a família de outro jeito.

Então, eu fui para Montes Claros, uma cidade média que inclusive foi escolhida pelo pessoal da UFMG que também estava envolvido no projeto. A Esther Hamburger que hoje está na ECA, e o Ronaldo de Almeida, agora também professor da Unicamp, fizeram etnografias em São Paulo e o Antonio La Pastina, que era doutorando na Universidade do Texas, foi fazer uma etnografia numa cidade pequena do Nordeste, de 2 mil habitantes. Era uma ideia de cidade pequena, cidade média e cidade grande, exatamente por pensar que os níveis de discussão das questões de gênero, sexualidade e família seriam diferentes. Como antropólogos, não dava para a gente fazer uma correlação direta entre assistir à televisão e ter menos filhos. Não dá para fazer essa ponte, não tem nenhum processo consciente aí. O que a gente fez foi, através da recepção da novela, tentar discutir questões de gênero, família, sexua-

lidade etc. A recepção da novela era um prato cheio porque ela discutia isso o tempo inteiro. História de amor, de família... parecia-nos um recorte mais apropriado para esse tipo de discussão.

Eu comecei a etnografia e fiz o projeto de doutorado enquanto estava em campo, decidida a prestar na Unicamp. Eu queria estudar gênero e não tinha ninguém aqui no departamento de antropologia [da USP]. Na sociologia, tinha a Eva Blay, mas era um outro estilo, e eu era muito apaixonada por antropologia também, não queria fazer na sociologia. E na Unicamp era um doutorado interdisciplinar nas ciências sociais, mas com enfoque nos estudos de gênero. Eu vim de Montes Claros para fazer a entrevista na Unicamp. Quando fiz a entrevista, eu senti: “Passei, que bom” e fiquei muito encantada com o ambiente da Unicamp. Foi um momento que abriu um repertório novo pra mim. Eu já tinha feito a graduação e o mestrado aqui [na USP], mas de fato na Unicamp tinha um outro repertório.

Fiz o doutorado com uma passagem de seis meses pela Universidade do Texas, e ali sim fiz uma longa reflexão sobre gênero, sob orientação da Guita Debert, com bolsa Fapesp, que depois foi publicado. Ali, na relação com a TV e as novelas, acabei vendo uma forte relação entre telenovelas, padrões de gênero e sexualidade, e consumo.

**Primeiros Estudos:** *A senhora está contando que enxerga uma clivagem nítida entre a possibilidade de fazer estudo de gênero na Unicamp e na USP naquela época. Como a USP, e a FFLCH em especial, se estruturou para produzir estudos nesse campo?*

**Heloísa Buarque de Almeida:** Eu acho que foram várias coisas que foram acontecendo, mas mais recentemente. Primeiro, na sociologia, começa a ter professoras como a Nádia [Araújo Guimarães] com as questões da sociologia do trabalho, a Márcia Lima, o próprio Flávio Pierucci, que estudava religião, mas começou a discutir gênero também. Então começa a ter outras pessoas trabalhando com a temática aqui na USP. No começo dos anos 2000, entra o professor Júlio Simões na Antropologia, trabalhando com gênero e sexualidade. Segundo me contaram, na verdade, um momento decisivo foi uma avaliação da FFLCH, em que uma das avaliadoras foi a professora Verena Stolcke, fundadora do Departamento de Antropologia da Unicamp e que estava há alguns anos na Universidade Autônoma de Barcelona, uma pessoa internacionalmente reconhecida como uma referência importante nessas questões de gênero e raça. Quando ela participou da avaliação aqui do Departamento de Antropologia, o relatório final cobrou que o departamento investisse nessa área. Em vários lugares do mundo, em várias universidades brasileiras, nas ciências humanas tinha uma área de gênero. Foi quando a Lilia Schwarcz e o Júlio Simões, diante



dessa demanda, propuseram abrir vagas na Antropologia para área de “Marcadores Sociais da Diferença”, concurso aberto em 2006. Os concursos anteriores tinham sido de teoria antropológica. O ano em que eu e a Laura [Moutinho] entramos foi o ano específico de “Marcadores Sociais da Diferença”. Se você olhasse os pontos do concurso, eram gênero, raça, raça e gênero, identidade, política, todos os temas referentes a gênero e raça. Entramos eu e a Laura, e com Julio e Lilia inicialmente nós começamos o NUMAS. O Núcleo de Estudos sobre Marcadores Sociais da Diferença foi nos empolgando e foi estimulando os alunos. Cresceu muito na Antropologia daqui o número de pessoas trabalhando ou gênero ou sexualidade ou raça, ou todas as coisas juntas. No mesmo momento em que a própria teoria contemporânea fala que não dá mais para se falar só de gênero, só de raça ou falar de raça sem falar de gênero e classe social, bem, estamos pensando essas formas classificatórias e como elas se interconectam na vida social. Essa ideia que alguns vão chamar de intersecções, outros de articulação de categorias, mas enfim, essa percepção de que se eu falar só de gênero sem pensar junto raça e classe, outros marcadores sociais, eu empobreço o raciocínio. Eu posso criar uma falsa sensação de homens versus mulheres que explica muito pouco a vida social. É preciso ver como estes marcadores criam hierarquias ou diferenças na vida social, em articulação.

O meu foco de estudo continuava sendo mídia, eu terminei o doutorado e fiz um pós-doutorado sobre a história do IBOPE [Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística] e como a pesquisa de audiência conformou uma imagem da indústria sobre a audiência de TV, sendo esta audiência encarada como “mercado consumidor”, não como público, nem cidadãos. Tinha uma questão de gênero porque a audiência era muito feminilizada para certos programas e a maior audiência feminina facilitava para atrair o mercado anunciante, que considerava o consumo uma atividade feminina. O pós-doc retomava uma questão que tinha ficado em aberto no doutorado, quanto à estrutura comercial da televisão aberta que tínhamos como hegemônica no Brasil até pouco tempo. Este pós-doc com a Esther Hamburger estava vinculado à ECA e ligado ao Centro de Estudos da Metrópole (CEM), no Cebrap. Depois, trabalhei três anos como pesquisadora no Pagu, na Unicamp, antes deste concurso em que eu entrei na USP. Portanto, eu continuava com questões de gênero. No Pagu, eu atuei na publicação dos *Cadernos Pagu*, participei de uma pesquisa sobre violência doméstica e acesso à justiça, coordenada por Guita Debert e Maria Filomena Gregori, com apoio da Fundação Ford, e comecei a olhar mais historicamente para a TV do final dos anos 1970, com a pesquisa sobre o seriado *Malu Mulher*.

**Primeiros Estudos:** *A grande maioria dos autores que são lidos no curso de gradua-*

*ção são homens. Por que é tão difícil que intelectuais mulheres cheguem ao cânone da disciplina?*

**Heloísa Buarque de Almeida:** Há inúmeros fatores, mas a gente pode virar essa sua pergunta também para o branco e o negro. Primeiro, diversos campos – o mundo do trabalho e o mundo do pensar também – foram desenvolvidos por homens brancos. A Virginia Woolf perguntava por que era tão difícil ter escritoras. Na antropologia hoje – se você olhar para este departamento [da USP] – é um departamento mais feminino do que masculino. Mas de fato o cânone da antropologia, os clássicos, são homens. As exceções são as americanas “filhotas” do [Franz] Boas, mas ele virou um cânone a despeito de ele já ser um pouco *outsider* no próprio mundo norte-americano, já que ele era um judeu emigrado, e ele acolheu um monte de mulheres como orientandas. Mas, por exemplo, a aluna negra dele, a Zora Neale Hurston morre na miséria, não consegue fazer carreira. A Margareth Mead e a Ruth Benedict não conseguem fazer a carreira convencional também. Agora, em tese, haveria mais condições de fazer uma produção mais ou menos equilibrada entre homens e mulheres. E, no caso da academia brasileira, para os negros a barreira ainda continua. São poucos os professores negros.

Se você olhar hoje no Brasil, as mulheres têm mais escolaridade do que os homens, mais mulheres têm acesso ao nível superior do que homens. Mas se analisarmos para quais cursos, há alguns campos que acolhem mais mulheres, e são aqueles com mais diversidade social e de raça. Se olharmos o que foi a ideia de incorporar ou não a avaliação do ENEM [Exame Nacional do Ensino Médio] na entrada dos estudantes na USP, vamos continuar incluindo mais aqui na FFLCH e na Pedagogia, mas não na Medicina, não no Direito, nem na ECA [Escola de Comunicação e Artes]. Quer dizer, há várias condições para ter equilíbrio, mas ainda você tem todas aquelas barreiras invisíveis que estão entranhadas na vida social e que estimulam as meninas a se dirigir para alguns campos e não para outros. A vida reprodutiva também afeta mais as carreiras das mulheres, e mesmo sendo feminista – e eu era casada com um homem feminista – mas a divisão do trabalho doméstico às vezes não é tão igualitária. Enfim, muitas coisas que são sutis e menos mensuráveis também afetam essas possibilidades femininas. Outro dia eu estava pensando como a gente democratizaria mais a nossa bibliografia em nossa sala de aula. Eu não estou satisfeita ainda com os caminhos que eu achei.

**Primeiros Estudos:** *Porque tem dois polos, certo? Um é o da produção, e outro, o da seleção dos textos.*

**Heloísa Buarque de Almeida:** Tem os momentos que você quer ler, precisa ler e

precisa dar aqueles autores que são os clássicos. Por exemplo, eu gosto de dar Antropologia II porque consigo discutir essas duas autoras que são Margaret Mead e Ruth Benedict e consigo através dessa bibliografia discutir mais essa questão racial. Mas eu acho que é uma preocupação que a gente precisa ter.

Eu também acho que as preocupações vão aparecendo, como por exemplo, eu tenho uma aluna no mestrado que é a Fernanda Kalianny Martins Sousa, que é uma menina que se define como uma mulher negra, militante feminista que vai problematizando isso para mim. Eu falo “falta mulher”, ela me diz “falta negra”... Enfim, ela que me fez pensar sobre isso ultimamente.

**Primeiros Estudos:** *Alguns setores da sociedade não têm sido “contemplados” com um bom ensino universitário, a senhora enxerga uma preocupação por parte da administração central da USP em contemplar esses setores, hoje, bastante defasados no corpo discente?*

**Heloísa Buarque de Almeida:** Mesmo se pensarmos a administração central, ela não é unívoca, ela é heterogênea. Há pessoas pensantes e órgãos, pedaços da administração mais preocupados com isso e outros não. Eu diria que nos últimos tempos o debate tem se tornado mais caloroso.

A USP, se compararmos com as federais, ficou um pouco atrasada. As federais fizeram um plano de ações afirmativas e o INCLUSP [Programa de Inclusão Social da USP] sempre me pareceu modesto demais. O professor Vagner [Gonçalves da Silva] fez um bom estudo sobre isso, inclusive porque estamos propondo para o programa de pós-graduação em antropologia uma política de ação afirmativa. E a USP ainda é muito modesta nisso. Algumas unidades me parecem ter mais uma preocupação, então quando se fala se podemos ter uma parte das vagas, algum processo de seleção pelo ENEM – que é modesto ainda, não é muito grande – nós no Departamento de Antropologia nos animamos, apoiamos, mas discutimos “o que é isso?”, ficamos com o pé atrás, será mesmo um processo inclusivo? Ouve-se muito que em outras unidades há uma fortíssima resistência a isso. Evidentemente, a preocupação de melhorar a escola pública deve permanecer como uma grande meta para todos nós. A nossa preocupação em ter cursos de extensão, estar conversando e ter relação com os professores de escola tem a ver com essa preocupação de que o nosso papel não é só educar aqui para dentro. Nosso papel é maior que isso. Mas, por outro lado, temos tido comprovações, pesquisas escritas sobre isso, de que nas universidades públicas onde foram feitas propostas de ações afirmativas mais incisivas, elas têm tido efeitos muito interessantes. Evidentemente que muitos desses alunos vêm inicialmente com mais dificuldade. É aquilo que eu brinco sobre o primeiro semestre das ciências

sociais. A faculdade pode ser um corte marcante para muitos de nossos alunos. Ela pode ser um degrau muito grande para quem vem do colégio, mesmo para quem vem do colégio particular, e o papel nosso é como ajudar nesse degrau, como viabilizar para que esse passo seja dado, mesmo que ele seja um degrau grande. Então, isso vale para a gente pensar quem vem da escola pública ou o aluno da periferia, que, do meu ponto de vista, é mais do que urgente a gente acolhe.

**Primeiros Estudos:** *Quais são os ganhos acadêmicos de uma maior diversificação do corpo docente? Como ganharíamos enquanto possibilidade de investigação, possibilidade de produção acadêmica com o ingresso dessa diversidade?*

**Heloísa Buarque de Almeida:** Primeiro, eu acho que tornar o repertório mais heterogêneo é produtivo em si, quer dizer, no caso de ciências sociais particularmente, porque estamos pensando sociedade. Então temos aqui um pouco do que é esta sociedade, do que é a diversidade da sociedade. Isso nos ajuda a não tapar o sol com a peneira quando a gente pensa nossas pesquisas, quando vamos discutir em sala, quando vamos formar novos alunos. Os alunos chegam com demandas diferentes, e que fazem, inclusive, demandas de pesquisa.

Eu tive alunas que estão no mestrado, ou que já fizeram mestrado comigo, que na família já foi um sucesso incrível terem feito faculdade, imagine uma faculdade pública ou entrar no mestrado. Por outro lado, é diferente do meu aluno de classe média que fala “ai, essa bolsa é uma merreca, não consigo viver com ela”. São alunos que às vezes a bolsa ajuda a família. Essas pessoas colocaram para nós objetos e questões de pesquisa diferentes, e na hora de fazer pesquisa de campo, por exemplo, elas tinham uma entrada em lugares que também facilitaram a pesquisa.

E, ao mesmo tempo, a grande coisa é pensarmos que efeito isso vai ter na sociedade brasileira em geral. A gente tem essa ambiguidade: a universidade tem que ser um lugar da excelência, mas ela não pode ficar encastelada. Excelência fechada em si mesma não é o imaginado da função da universidade para a sociedade. Ela tem que devolver para a sociedade. Você está formando mais gente que não é branca, gente que veio da periferia. Dar espaço para essas pessoas terem uma carreira também é democratizar a sociedade, então é isso que, no limite, é a parte mais importante, é como vamos voltar para lá, devolver publicamente o que uma universidade constrói com dinheiro que é público. Não é só voltar na carreira daquele indivíduo, mas é no lugar social, no que ele vai representar socialmente também. É um desafio interminável porque às vezes sentimos que os movimentos da história não vão sempre para o lado que a gente gostaria, então não sabemos o que vai acontecer exatamente. Mas, voltando para a questão da gestão universitária, há setores para

os quais a ênfase na excelência, esse imaginário de universidade internacionalizada, é um argumento fortíssimo para dizer “cotas não”, “ações afirmativas não”, para reforçar uma ideia de meritocracia. Temos que achar um meio termo porque também não podemos jogar fora a ideia da meritocracia, a ideia da excelência, mas temos que fazer um esforço político até convencer um setor da Universidade nesse sentido de uma maior democratização do acesso.

**Primeiros Estudos:** *O trabalho da senhora articulou um pouco a questão do gênero e do consumo. Ultimamente, temos visto que alguns programas estatais como o Bolsa Família e o Minha Casa, Minha Vida têm privilegiado a figura feminina, ou enquanto gestora do consumo na residência, no caso do Bolsa Família, em que são elas que estão recebendo o benefício, ou enquanto detentoras do título de propriedade, no caso do programa Minha Casa, Minha Vida. A senhora enxerga algum tipo de “empoderamento” da figura feminina nas classes populares através desses tipos de programa estatal?*

**Heloísa Buarque de Almeida:** Primeiro, isso foi feito pensando nas mulheres exatamente a partir de pesquisas que demonstravam como nas camadas populares – e isso também aparecia muito nas etnografias e na antropologia brasileira –, as mulheres eram, digamos, o arrimo da família, o centro de muitas famílias. Então, isso já vem a partir dessa percepção do que dá mais certo, a política vai funcionar melhor se o dinheiro for para a mãe e não para o pai de cada família. Mas há alguns trabalhos que têm mostrado essa correlação sim, de que, como o dinheiro vem para as mulheres e elas decidem, algumas mulheres estariam se sentindo mais autônomas e mais capazes de decidir, inclusive se separar do marido. E acontece em todas as classes sociais: a sensação de depender do dinheiro do outro faz com que as mulheres, muitas vezes, aceitem permanecer casadas mesmo quando elas estão profundamente infelizes no casamento, mesmo numa relação violenta. Então, obviamente, dá mais autonomia. Por outro lado, eu acho que isso tem correlação com uma coisa que é pervasiva na sociedade brasileira, que é o imaginário de que quem é forte mesmo é a mulher, não os homens. De que quem segura as pontas mesmo são as mulheres, para o bem e para o mal. Dizer que ela é forte não quer dizer necessariamente que ela é libertadora, nem feminista, nem nada disso, pode ser forte para “aguentar” uma vida dura e um casamento ruim, depende de como você usa essa imagem, mas que é uma imagem que tem aparecido muito nas pesquisas. Então, por outro lado, a sensação que se tem é que há um universo de famílias que ainda está razoavelmente “matri-cêntrico”, e centrado nas figuras femininas.

Há uma outra coisa, que me parece perversa: vivemos numa sociedade em que as pessoas se pensam como consumidoras e não como sujeitos de direitos, isso

me incomoda. Tem-se visto muitas pessoas de classes populares se endividarem querendo comprar coisas, como se comprar coisas fosse a solução. É evidente que é melhor ter mais bens de consumo que facilitem a vida etc., mas não basta isso. Mas aí não tem acesso à escola direito, não tem acesso à saúde melhor; aquela empregada doméstica – e tem uma aluna minha que está pesquisando isso no doutorado – que tem o sonho de colocar o filho na faculdade, e paga uma faculdade particular ralando, e essa faculdade particular não lhe dá acesso a um mundo profissional melhor. O sonho da saída pelo consumo infelizmente não é a saída da cidadania que gostaríamos. Esse sonho de ascensão pelo consumo de fato mudou o panorama do Brasil em certa medida, mas isso aconteceu com Brasil, Índia, China e Rússia. É uma classe que estão chamando de “classe média” na Índia, na China e mesmo aqui no Brasil. É uma “classe média” com um pouco mais de acesso ao consumo, mas muito distante de uma ideia de igualdade cidadã. Eu acho que o panorama é grave. A gente não vai começar a diminuir essa desigualdade só pelo consumo.

**Primeiros Estudos:** *Tem essa discussão de que o termo “classe média” mascara um pouco as assimetrias...*

**Heloísa Buarque de Almeida:** Primeiro que, para uma certa elite, o que se imagina de classe média é uma classe média altíssima. E classe média mesmo, se você for olhar na tradição inglesa, é classe trabalhadora um pouco melhor que, enfim, usa o transporte coletivo, escola pública, saúde pública. No Brasil, a palavra classe média normalmente refere-se a isso: ter acesso a bens de consumo não é ter uma vida de classe média. São coisas diferentes, tanto que alguns falam de nova classe C, porque daí a gente já sabe que é definido pelo consumo mesmo, não é classe no sentido de classe social.

**Primeiros Estudos:** *Nós gostaríamos que a senhora comentasse um pouco a experiência à frente do USP Diversidade. Especificamente, qual a importância de termos uma mulher antropóloga cuidando de um programa como esse?*

**Heloísa Buarque de Almeida:** O USP Diversidade é um programa muito pequenininho dentro de um núcleo de direitos da Pró-Reitoria de Cultura e Extensão. É um programa que, na verdade, foi fundado para combater a homofobia inicialmente, em 2012, e eu peguei por um ano. Agora estou só como vice, mas quando eu entrei a ideia era exatamente sair da chave da homofobia e tentar pensar problemas de gênero. Como eu venho dessa vertente e, já que falar de gênero é falar de raça também, então começamos a falar de tudo junto. A ideia era ele ser só um programa de extensão, era fazer cursos, promover atividades etc. No entanto, quando eu assumi

esse cargo, a primeira ideia era fazer um mapeamento do que acontece na USP, dos problemas e das formas de violência na universidade, entre alunos, entre alunos e professores, entre alunos, professores e funcionários também, entre funcionários e alunos, entre funcionários e professores etc. Eu comecei a pensar nisso mas, quando assumi o USP Diversidade, eu comecei a receber – e já tinha recebido um pouco aqui na FFLCH, por isso mesmo topei o cargo – muitas denúncias de alunas falando mais especificamente sobre abuso sexual: estupro ou alguma forma de violência entre colegas. E aí eu comecei a ouvir muitas dessas histórias. Inclusive veio no roldão as histórias da medicina, dos trotes da medicina etc. Não é só estupro, mas outras formas de violência, como o trote.

E eu acho que o fato de ter sido uma antropóloga, mulher, que dá uma disciplina de gênero, fez com que as pessoas se sentissem mais à vontade para falar e eu, com mais disposição de ouvir. Nós da antropologia escutamos muito. Você faz campo, você vai escutar. Vai olhar, mas você vai escutar também. Então, eu acho que isso fez a diferença. Aí meu lado feminista, meio revoltada, me fez denunciar mais fortemente algumas coisas. Eu sinto que o ano passado foi muito importante para isso, para se começar a falar de um problema que não era falado. Várias coisas que eu queria fazer eu não consegui implementar, outras coisas eu consegui, mas o problema é que o programa USP Diversidade era eu e um estagiário. Você não tem nem funcionário para fazer alguma coisa. Agora, o que está acontecendo na Universidade é que está tudo mudando. Primeiro que, quem está no USP Diversidade é um professor negro, Ricardo Alexino Ferreira, mais voltado para esse papel do programa USP Diversidade, que é a extensão, coordenando um programa na rádio que fala das temáticas de gênero, raça e sexualidade, tentando pensar seminários, exposições. Eu ainda quero ajudar em algumas coisas, eu fiz um primeiro curso que eu chamei de Formação em Direitos em Gênero e Sexualidade, para os funcionários da USP, para a guarda universitária, para nossos funcionários, assistentes sociais da SAS [Superintendência de Assistência Social]...

**Primeiros Estudos:** *Foram duas edições, não foram?*

**Heloísa Buarque de Almeida:** Foi uma só, por enquanto. Eu queria fazer isso mais vezes, mas está difícil. Fora isso, tem os cursos de extensão que o NUMAS tem feito também, mas esse do Diversidade era um curso de difusão para funcionários da Universidade. A Universidade é muito grande e a gente não consegue fazer na velocidade que imagina. Mas eu acho que também serviu para colocar o problema na pauta. Agora, o reitor está fazendo um escritório que se chama USP Mulheres. Há um braço da ONU que se chama ONU Mulheres, e esse ONU Mulheres bolou um progra-

ma internacional que se chama He for She, “Eles por Elas”, que, entre outras, destaca dez universidades ao redor do mundo para tentar fazer programas em termos de combate à violência e à desigualdade de gênero na universidade. Na América Latina, a única universidade escolhida foi a USP. Eu acho que isso também aconteceu por causa da experiência do USP Diversidade no ano passado, de todo o escândalo que foi a CPI. Por enquanto, temos a professora Lilia Schraiber da Medicina para coordenar, uma pessoa admirável. É uma pessoa da área da medicina, que refletiu sobre o atendimento médico a mulheres vítimas de violência, que vem trabalhando com a problemática da violência contra mulheres há muitos anos, tem uma produção consolidada. Então, quero crer que essa iniciativa possa gerar políticas produtivas, vamos ver o que vai acontecer.

Ainda assim, temos que pensar, como somos cientistas sociais temos que pensar de um jeito mais complexo. Então, quando falamos ainda de desigualdade de gênero e de raça, temos que mudar coisas que estão muito naturalizadas na sociedade, seja aqui dentro da universidade, seja fora. Temos que quebrar desigualdades muito naturalizadas. Do meu ponto de vista, estamos vivendo um momento de grande transformação, de grande questionamento. Tanto que agora eu quero olhar para isso até como objeto de pesquisa.

**Primeiros Estudos:** *A senhora já tem um briefing?*

**Heloísa Buarque de Almeida:** Eu acho que essas denúncias, alguma das coisas que estão acontecendo, do meu ponto de vista, permitem construir perguntas bastante antropológicas. São mudanças classificatórias. Por exemplo, o que antes era chamado de paquera, “cantada de rua”, agora as pessoas chamam de assédio. Então, se você falar “assédio”, algumas pessoas vão falar “Imagina! Isso é uma ‘cantada’, um elogio”. Mas por que as meninas estão chamando isso de assédio? Primeiro, porque isso começou a ser chamado de assédio fora do Brasil. Isso começou a ser chamado de *sexual harassment* lá nos Estados Unidos. Segundo, porque as pessoas sentiam aquilo como uma violência, se não elas também não iriam chamar aquilo de violência. Não adianta vir uma categoria de fora, a categoria não vai colar se ela não rebater de algum jeito. Isso vale para “paquera” entre professor e aluna começar a ser chamada de assédio. Isso vale, por exemplo, para aquilo que eu vi em etnografias com mulheres mais velhas que, contando a vida afetiva e sexual delas, elas diziam coisas do tipo: “Ah, então bebi demais, não sei o que aconteceu. Não lembro, transei com ele, mas enfim, casei com ele, tudo bem”. Se você bebeu demais, apagou, e não sabe o que aconteceu, hoje as pessoas vão chamar isso de estupro. Ou tem também etnografias que vão falar “ele forçou a barra, acabei transando”. Querendo dizer o



quê? Eu não queria ter transado, mas transei porque me senti obrigada. As meninas mais jovens na universidade hoje vão falar: não, foi estupro. O que está acontecendo na sociedade é que algumas práticas que eram naturalizadas, que eram vistas como uma coisa normal, começam a ser nomeadas como violência. É um reconhecimento, de um certo ponto de vista, como discutem a Nancy Fraser, o Honneth. Do meu ponto de vista, o que está sendo demandado hoje é um reconhecimento de novas formas de desigualdade, de novas formas de violência. Não é apenas o reconhecimento de novos sujeitos de direitos (como pessoas LGBT – Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais), porque as mulheres já deveriam ser vistas como sujeitos de direitos, mas de fatos anteriormente naturalizados que passam a ser nomeados como violência. Eu acho que isso tem a ver com crescimento do movimento feminista na universidade, eu acho que tem a ver com blogs, com internet, com uma circulação de um certo feminismo jovem, como é que isso chega inclusive na mídia convencional – meu objeto de estudo continua sendo a mídia também. Então, isso chega na mídia mais convencional, hegemônica, que na *Saia Justa*, na Globo, a mulher fala “Ai, então eu fui estuprada e não tinha percebido”. Eu percebo isso em mim mesma, eu percebo eu nomeando coisas que aconteceram na minha vida que eu não nomearia, que eu não vi como violência na época, mas quando eu olho pra trás eu reclassifico. Eu acho que está havendo uma mudança classificatória e é isso que faz com que seja tão difícil entender o que está acontecendo também. A universidade e as grandes instituições são feitas para se reproduzir, e não para parar para pensar o que elas fazem, elas conseguem só fazer sempre o mesmo. É muito difícil mudar, e então é muito difícil mudar o tom, os critérios das comissões sindicantes, por exemplo, etc. Na verdade, a gente não tem no nosso regimento interno regras sobre esse tipo de problema. É algo novo. A gente tem que pensar, a gente tem que construir regras. Como vamos dizer para o professor: “Você não pode fazer isso com uma aluna” se não tem nenhuma regra falando sobre isso? Ele vai falar: “Não, mas eu me apaixonei” e talvez até tenha se apaixonado mesmo, não estou dizendo que as pessoas não podem se apaixonar. Mas aí ele tem que pensar que, no caso da relação entre professor e aluno, ele tem uma relação de poder. Isso não é autoevidente, o professor esquece isso. Ele esquece exatamente porque ele está no lugar que tem mais poder.

**Primeiros Estudos:** *Como a investigação desses casos aqui na universidade, na medicina em especial, tem contribuído para o debate na sociedade de modo geral?*

**Heloísa Buarque de Almeida:** A gente tem que tomar cuidado. O risco é falar, falar, e depois esquecer, apagar e mudar de assunto. E entra outro e a política não tem continuidade. A sensação que eu tenho é que só de falar para o resto da sociedade

you começa a problematizar de outro jeito. Porque quando se fala algumas categorias, como, por exemplo, o estupro é muito chocante. Estupro é um crime hediondo, mas normalmente o que se imagina como estupro é a violência física da rua escura e do cara armado e que vai lá espanca e pega a menina à força. Não se imagina, o que é mais comum, que o estupro acontece entre pessoas que se conhecem, que podem ser namorados, amigos, parentes, e que a menina pode não conseguir dizer não pela situação em que ela está de desigualdade, porque ela gosta do namorado, então ela fala “Ah tá bom, vamos lá”. O que a gente sabe é que, por exemplo, nas categorias jurídicas e nos processos judiciais, e mesmo na delegacia da mulher, ainda é muito difícil, se uma menina for denunciar um estupro e não foi espancada, que ela seja levada a sério. Vão dizer: “Mas o que você fez? Você bebeu? Quem mandou beber? Estava de mini saia? Estava à noite na rua sozinha?”. Mesmo na delegacia da mulher corre-se o risco de ela ouvir essa pergunta. Então o desafio é: como é que fazemos para mudar esse tipo de naturalização, de que na verdade a menina não deveria beber, ela não deveria estar na festa se divertindo, como se fosse culpa dela. Eu até brinco e falo para as alunas: “Gente, vocês não podem beber um pouquinho menos? Parar antes de apagar?”. Eu brinco um pouco com isso, mas obviamente não estou dizendo que a culpa é delas pelo que aconteceu. É um conselho bom para todo mundo, meninos e meninas: não passe mal, não se detone. Embora eu realmente saiba que a juventude é o momento de jogar com os riscos. Eu acho que o mais difícil é mudar uma mentalidade reinante que ainda categoriza a menina que é para casar e a menina que é vagabunda. Eu falava disso quando eu fiz meu campo em Montes Claros, mas eu não imaginava como isso ainda é presente aqui, em todas as classes sociais. Eu acho que há uma mentalidade muito tradicional ainda com relação à questão de gênero. E se isso acontece em relação às meninas heterossexuais, eu fico imaginando com as pessoas que não são heterossexuais, que são trans. As pessoas acham que é uma palhaçada e aí os níveis de agressão naturalizados são muito assustadores. Muito assustadores.

**Primeiros Estudos:** *A expectativa de vida é um dado alarmante se você considerar pessoas transexuais femininas.*

**Heloísa Buarque de Almeida:** O Brasil é o país que mais mata pessoas trans. E aí o problema é o seguinte: que as pessoas às vezes não entendem que é uma violência muito naturalizada, que tem aceitação social. O desafio é grande. Não é à toa que às vezes uma preocupação para pessoas trans é passar despercebida, não ser notada para não ser agredida.